



Conversio ad creaturam e distentio animi: Considerações sobre o não-ser nos problemas do mal e do tempo em Agostinho de Hipona

Conversio ad creaturam i distentio animi: Consideracions sobre el no-ésser en els problemes del mal i del temps a Agustí d'Hipona

Conversio ad creaturam y distentio animi: Consideraciones sobre el no ser en los problemas del mal y del tiempo en Agustín de Hipona

Conversio ad creaturam and distentio animi: Considerations on non-being in the problems of evil and time in Augustine of Hippo

Bento Silva SANTOS¹ e Adriano BERALDI²

Abstract: The present article is dedicated to trace thoughts about some identifiable correspondences between Augustine of Hippo's conceptions of evil and of time through the indication of a relation between the movements of the voluntary defection of the will and the dispersion in the temporal mutability of the human creature in its link with non-being. To this end, some aspects of these conceptions will be examined both as worked out in *De libero arbitrio* and those elaborated in the *Confessions*, more specifically in Book XI (and to a certain extent in X), both works of the hyponensis where they appear, we believe, mutually implicated through the notions of *conversio ad creaturam* and *distentio animi* respectively.

Keywords: Free Will – Non-being – Distension – Time – Eternity.

Resumen: Este artículo está dedicado a esbozar consideraciones sobre algunas correspondencias identificables entre las concepciones del mal y del tiempo de Agustín de Hipona, indicando una relación entre los movimientos de defección voluntaria de la voluntad y el de dispersión en la mutabilidad temporal de la criatura humana en su conexión con el no-ser. Para ello, examinaremos algunos aspectos de estas

¹ **Professor Titular** no Departamento de Filosofia da [Universidade Federal do Espírito Santo \(UFES\)](http://www.ufes.br), Brasil). Bolsista de *Produtividade em Pesquisa*, nível 02, do [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico \(CNPq\)](http://www.cnpq.br). *Orcid ID* – <http://orcid.org/0000-0001-6111-1693>. *E-mail*: benedictus1983@yahoo.com.br.

² Doutorando em Filosofia pela [Universidade Federal do Espírito Santo \(UFES\)](http://www.ufes.br), Brasil). Bolsista [FAPES](http://www.fapes.org.br). *E-mail*: adriano.beraldi@gmail.com.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

concepciones, tanto las elaboradas en *De libero arbitrio* como las elaboradas en las *Confesiones*, más concretamente en el Libro XI (y, en cierta medida, en el Libro X), obras ambas de Agustín de Hipona en las que aparecen, creemos, mutuamente implicadas a través de las nociones de *conversio ad creaturam* y *distentio animi*, respectivamente.

Palabras-clave: Libre albedrío – No ser – Distensión – Tiempo – Eternidad.

ENVIADO: 17.04.2024
ACEITO: 22.05.2024

Introdução

A hipótese de que existe uma interrelação, ainda que não especificamente explicitada, inerente aos problemas do mal e do tempo nesse nosso proposto *recorte* do pensamento de Agostinho de Hipona (354-430), torna-se possível a partir da identificação de pontos de contato entre as suas elaborações sobre dois conceitos-chave, relativos aos referidos problemas. Trata-se da explicitação de que a *conversio ad creaturam*, a deletéria dispersão do homem no múltiplo do criado, envolve fundamentalmente certos aspectos de uma distensão da própria alma humana em sua lida com o mundo da vida desde a sempre mutável sucessão temporal, isto é, a *distentio animi*.

Essa relação, cremos, se justifica pelo papel da noção de *não-ser* presente, de algum modo, em ambos os conceitos, tomados segundo a concepção da imperfeição e da finitude humanas. Dentro do quadro do pensamento ético e ontológico de Agostinho, essa problemática do mal e do tempo desdobra-se mais propriamente em dois de seus escritos (mas não apenas neles) fundamentais: o *De libero arbitrio*, produzido entre os anos 388-395, e as *Confissões* que datam do ano 400.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

Note-se que a chave para a compreensão aqui é que a nossa experiência da mutabilidade *estritamente* temporal³ em meio as *tumultuosis varietatibus*, as variedades tumultuosas da vida⁴, e o *defectiuus motus*, o movimento defeituoso da vontade má⁵ possuem, em sua transitoriedade e dispersão características, como pretendemos argumentar, o mesmo modo de ser – ou, como procuraremos evidenciar, de não-ser. Este não-ser, portanto, configura-se enquanto uma condição de possibilidade fundamental, ainda que negativa.

Não obstante, a confluência que apontamos, cuja natureza ontológica se impõe primeiramente, também não se afasta de uma perspectiva que, nesse caso, promove uma relação direta com a ética (e mesmo com a estética) agostiniana. Nesse sentido, encontramos nos escritos de Agostinho elementos tanto relacionados ao mal quanto ao tempo que conduzem para a referida confluência. Estes elementos serão, respectivamente, o objeto *exclusivo* das considerações que passamos a traçar partir de agora.

I. O mal e a liberdade

Agostinho vê o problema do mal em geral e, nesse nosso recorte, o caso particular do mal moral, desde a premissa de que ele se dá como um fenômeno sem qualquer consistência ontológica. A premissa se impõe na medida em que todas as coisas que são, uma vez provindas de Deus, devem forçosamente ser boas. Isso difere radicalmente do que defendiam, por exemplo, os maniqueus, aos quais o hiponense

³ Não trataremos, por conseguinte, de questões relacionadas ao problema da imortalidade da alma, afeito mais propriamente à soteriologia agostiniana. O tema que nos interessa aqui está restrito à identificação do papel do não-ser na existência *dentro do tempo*, até porque, para Agostinho, junto ao Eterno, por definição *imutável*, não pode haver qualquer espaço para o que não é. Também é importante patentear que essa perspectiva, *por óbvio*, não envolve os aspectos positivos da temporalidade – afinal, para o nosso filósofo cristão, uma criação de Deus – e que, indubitavelmente, estão presentes na obra agostiniana. Assim, que fique claro, o recorte dessa proposta atém-se, como se verá, à negatividade temporal no que essa respeita à infusão do *não-ser*.

⁴ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 29, 39.

⁵ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 20, 54.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

frequenta por quase uma década e contra os quais passa posteriormente a polemizar.⁶ O irônico aqui é a premissa agostiniana fora, na base, justamente aquilo que o levava a procurar entre os mesmos maniqueus, e mais tarde entre os céticos da Academia⁷, uma causa para o mal que não tivesse origem divina.

Ocorre que, tendo abandonado o convívio com os maniqueus e a partir do contato com os textos neoplatônicos, uma intuição descoberta por Agostinho passa a tomar corpo em suas reflexões. Uma intuição que, uma vez operada sua conversão ao cristianismo, se traduz na própria constatação da verdade transcendente de Deus enquanto unidade, bondade e beleza inefáveis⁸, conformando, assim, através da fé, o seu pensamento ontológica, ética e mesmo esteticamente de modo definitivo. Essa intuição acaba por consolidar a sua concepção de base para a formulação do livre arbítrio – em si um bem, uma vez que dom de Deus – como o âmbito mesmo do mal moral.

Na realidade, no campo ético, este mal é uma modelar falta que subsume todas as demais. Neste único gênero, Agostinho inclui todas as ações deletérias, isto é, os pecados.⁹ Como categoria geral ele representa o amor às coisas materiais e *efêmeras* em detrimento dos bens *eternos*, bens dos quais a alma, ainda que iluminada pela Graça divina, frui por si e alcança por si. Bens que não se pode perder; a menos que se queira. Portanto, a má ação, afecção do mal moral, tem sua origem no *insubstancial* livre-arbítrio da vontade do homem. Por isso, mais tarde, no Livro VII das *Confissões* o hiponense poderá afirmar categoricamente:

⁶ O *De libero arbitrio*, um dos textos agostinianos examinados aqui, surge precisamente com o fim de refutar a doutrina dos maniqueus. Como ocorre com parte importante de sua obra, esse livro também nasce da necessidade de Agostinho em defender-se nas disputas com movimentos heréticos de seu tempo tais como, além do próprio maniqueísmo, o pelagianismo e o donatismo.

⁷ Sobre o percurso agostiniano que o leva, antes de sua conversão à fé cristã, do maniqueísmo ao platonismo acadêmico de sua época cf. os Livros IV ao VI das *Confissões*.

⁸ JOLIVET, Régis. “Le problème Du mal chez Sait Augustin”. In: *Archives de Philosophie*, vol. 7, No. 2, Paris: Centre Sèvres – Facultés jésuites de Paris, 1930, p. 6.

⁹ AGOSTINHO, *De libero arbitrio libri III*, I, 16, 34.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

E ficou manifesto para mim que, porque são boas, as coisas são corrompidas [...]. Portanto, sejam quais forem, são boas; e este mal, do qual eu procurava a origem, não é uma substância, pois se o fosse, seria boa.¹⁰

Então temos que o mal, isto é, desde a perspectiva cristã de nosso autor, o pecado, é fruto tão somente da livre volição humana, que feita para desejar elevar-se ao Criador, volta-se para a mutabilidade do criado em detrimento da estabilidade absoluta do Eterno:

Todo bem provém de Deus. Não há nada, pois, na natureza, que não proceda de Deus. Esse movimento de desvio que admitimos ser o pecado, sendo um movimento defeituoso, e todo defeito vindo do nada, veja a quem pertence e não tenha dúvidas, ele não concerne a Deus. Todavia, esse defeito, sendo voluntário, está em nosso poder.¹¹

Para Agostinho – e isso já desde sua leitura dos textos neoplatônicos de Plotino e/ou Porfírio, de qualquer forma provavelmente a partir de traduções de Mario Victorino¹² – o mal nem é substancial, nem encontra sua origem em Deus. Mas não sendo algo, isto é, uma natureza, e sim um defeito nas naturezas criadas, Agostinho vai além do neoplatonismo: ele compreende que o defeito presente em tais naturezas se deve ao

¹⁰ AGOSTINHO, *Confissões*, VII, 12, 18: “Et manifestatum est mihi, quoniam bona sunt, quae corrumpuntur [...]. Ergo quaecumque sunt, bona sunt, malumque illud, quod querebam unde esset, non est substantia, quia, si substantia esset, bonum esset.” – Todas as citações de obras agostinianas são traduções nossas da edição latina Migne: *Sancti Aurelii Augustini Hipponensis episcopi Opera omnia (Patrologiae cursus completus, Series Latina*, 32). Paris: J-P Migne, 1841.

¹¹ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 20, 54: “Omne autem bonum ex Deo: nulla ergo natura est quae non sit ex Deo. Motus ergo ille aversionis, quod fatemur esse peccatum, quoniam defectivus motus est, omnis autem defectus ex nihilo est, vide quo pertineat, et ad Deum non pertinere ne dubites. Qui tamen defectus quoniam est voluntarius, in nostra est positus potestate.”

¹² Sobre o problema das fontes neoplatônicas de Agostinho, cf. as valiosíssimas informações de seu *status quaestionis* em COSTA, Marcos Roberto Nunes. *O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho*. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002, p. 154-155, n. 35-37.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

fato de que estas foram produzidas por Deus não de sua própria substância ou de qualquer outra substância preexistente, mas do nada, *ex nihilo*.¹³

Apesar da inegável influência neoplatônica na sua concepção de mal, Agostinho supera o sentido “ontológico-estético-natural” como uma não substância ligada à matéria, próprio à noção de mal neoplatônica, pelo seu sentido “ontológico-ético-moral”, passando a compreender essa não substancialidade operando na livre volição humana puramente imaterial, e não no mundo natural, como para Plotino.¹⁴ Em outros termos: o mal é um movimento defeituoso e exclusivo da alma do homem dizendo respeito apenas a ele próprio. Um fenômeno inteiramente dessorado de substância que se dá tão somente no âmbito da vontade humana. Em síntese, o mal, para Agostinho, reside, não como uma coisa, uma realidade objetiva, mas *de-ontologicamente* na vontade.

Se o mal se estabelece dentro da esfera moral e não absoluta da criatura humana, não devemos considerar, todavia, que estejamos lidando com um subjetivismo aqui. O caráter não objetivo dessa interpretação do texto agostiniano se constrói a partir de uma perspectiva que pode ser considerada, digamos, fático-fenomenológica, isto é, da experiência vivida e concreta do homem. Mesmo que o âmbito da liberdade volitiva seja o da alma isso não significa que Agostinho opere algo como um psicologismo. O que defendemos nessa leitura é que, para ele, o modo do nosso agir é próprio do criado e que, como tal, só pode se desdobrar *no tempo*, no mundo da vida terrena, com todas as implicações dessa condição.

O fato é que, para o nosso pensador, somos seres contingentes. E a contingência de algum modo sempre alberga certa nulidade. Na perspectiva agostiniana, apenas a perfeição imutável de Deus pode responder ao invariável da necessidade. Somente naquilo que não muda – o ato divino – não existe qualquer lapso, qualquer “espaço

¹³ BEZANÇON, J.-N. “Le mal et l’existence temporelle chez Plotin et saint Augustin”. In: *Recherches Augustiniennes*, 3, 1965, p.143; cf. também *Confissões*, XII, 7. 7.

¹⁴ COSTA, Marcos Roberto Nunes. *O problema do mal na polémica antimaniquêia de Santo Agostinho*. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002, p. 184.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

vazio” próprio da lacunar ação humana. É o que a distinção entre as leis eternas e temporais, analisada no Capítulo 6 do Livro I do *De libero arbitrio*, permite entrever: as leis temporais humanas, a despeito de abrigar uma justa intenção, têm um caráter contingente, pois o que seria acertado e bom em determinada circunstância poderia *deixar de sê-lo* em outra, o que significa uma abertura ao *não-ser*.

Por isso, a justiça dos homens só poderia se manter ajustando-se a cada caso. Já a lei eterna, sendo imutável em sua perfeição de *ser*, atua precisamente como esteio referencial absoluto àquela temporal à medida que a época e os costumes exijam adequações. Assim, a justiça teve que

...proceder desde a eternidade para que a alternância temporal fosse justa [...]. Então, brevemente exposto, a noção da lei eterna em nós impressa, o quanto posso explicar em palavras, é aquela pela qual é justo que todas as coisas sejam maximamente ordenadas.¹⁵

A tal referência é imprescindível a imutabilidade; e é em virtude desta que todas as coisas contingentes que *são* justas se ordenam, do contrário *não* o seriam em absoluto.

De todo modo, determinado como um movimento defeituoso da volição do homem no não-ser que é sua origem, o mal coloca-se como um problema para a liberdade da criatura. Algo a que, no diálogo do *De libero arbitrio*, Evódio se verá obrigado a consentir logo na introdução do Livro III:

[...] Pois nada sinto tão firme e intimamente quanto possuir uma vontade e ser por ela movido a fruir de alguma coisa. Não encontro absolutamente mais nada o que chamar de meu se a vontade, pela qual quero e não quero, não for minha: e se através dela faço o mal, a quem devo atribuí-lo senão a mim mesmo?¹⁶

¹⁵ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, I, 6, 15: “haec vicissitudo temporalis ut iusta esset, ex illa aeternitate tracta est [...]. Ut igitur breviter aeternae legis notionem, quae impressa nobis est, quantum valeo verbis explicem, ea est qua iustum est ut omnia sint ordinatissima.”

¹⁶ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, III, 1, 3: “non enim quidquam tam firme atque intime sentio, quam me habere voluntatem, eaque me moveri ad aliquid fruendum; quid autem meum dicam,



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

É exatamente nesse contexto, começando um pouco antes desse início do terceiro Livro, que Agostinho explicita em três passagens consecutivas aquilo que se traduz pela fórmula *conversio ad creaturam* (e *aversio a Deo*): a conversão à inferior e movediça multiplicidade do criado em detrimento da unidade imutável do Criador, constituindo-se como o mal moral ou pecado. Primeiro, ele afirma que:

[...] o mal é sua aversão [da vontade] ao bem imutável e conversão aos bens mutáveis: aversão e conversão, porém, que, não sendo forçadas, mas voluntárias, tornam justo e merecido o subsequente infortúnio do castigo.¹⁷

Depois, mais à frente, precisando ainda mais o movimento da volição defeituosa, Agostinho elabora propriamente a formulação da *conversio ad creaturam*:

Resta, portanto, que esse movimento lhe seja próprio, pelo qual a vontade *converte* a fruição do Criador *para a criatura*: movimento esse, se imputado culpável [...], certamente não é natural, mas voluntário.¹⁸

Por fim, ele estabelece que a investigação deva se concentrar justamente nesse movimento do desvio voluntário do Bem *imutável e eterno* para uma queda nos bens *mutáveis e temporais*, produzido pela própria *alma*. Tal atitude visa a aquisição do conhecimento que nos permita reorientarmo-nos na direção do primeiro, uma investigação que seja:

[...] útil para esse fim, reprovar e coibir esse movimento, para que possamos orientar a nossa vontade da queda das coisas *temporais* à fruição do Bem eterno [...].¹⁹

prorsus non invenio, si voluntas qua volo et nolo non est mea: quapropter cui tribuendum est, si quid per illam male facio, nisi mihi?”

¹⁷ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 19, 53: “[...] malum sit aversio eius ab incommutabili bono, et conversio ad mutabilia bona: quae tamen aversio atque conversio, quoniam non cogitur, sed est voluntaria, digna et iusta eam miseriae poena subsequitur.”

¹⁸ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, III, 1, 2, grifos nossos: “Restat igitur ut eius sit proprius iste motus, quo fruendi voluntatem *ad creaturam* a Creatore *convertit*: qui motus si culpae deputatur [...], non est utique naturalis, sed voluntarius”.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

O que justifica esse esforço é o duplo aspecto daquilo que faz convergir ética e ontologia na filosofia agostiniana – e cujas implicações estéticas também estão presentes – ou seja, a sua concepção da ordem universal estabelecida por Deus²⁰: de um lado, a hierarquização das criaturas dentro dessa ordem; de outro, a possibilidade da felicidade no tempo exclusiva do ser humano. Ocorre que ambos os aspectos também ensejam a oportunidade de sublinhar o papel do não-ser dentro de suas respectivas determinações.

No *De libero arbitrio*, na classificação que hierarquiza as faculdades da alma humana pelo princípio da subordinação²¹, mesmo a razão, ápice desse procedimento, possui limites. Estes são justamente aqueles impostos pela condição criatural, mutável e efêmera do homem e que compreende a alternância inelutável que lhe é própria entre ser e não-ser. A razão oscila seu desempenho entre sucessos e fracassos, tenacidade e acídia, equidade e iniquidade de julgamento. Isso se dá em função de sua origem *ex nihilo* que, nesse sentido, denuncia uma constitutiva mutabilidade, como ocorre quanto aos corpos e à própria vida.

¹⁹ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, III, 1, 2, grifos nossos: “[...] utilis ad id valeat, ut eo motu improbato atque cohibito, voluntatem nostram ad fruendum sempiterno bono, a lapsu *temporalium* convertamus [...]”.

²⁰ Não serão desenvolvidas aqui questões relativas a tais aspectos da cosmologia agostiniana – isto é, o problema da conduta humana diante da universalidade da ordem da criação divina – para além de sua menção em algumas passagens do *De libero arbitrio*, um dos fulcros das presentes considerações. Até porque esse tema é tratado mais propriamente em uma obra anterior de Agostinho, o *De ordine*, escrito produzido em 386, imediatamente após a sua conversão, no contexto do que se convencionou chamar os “diálogos de Cassiciaco”. Remetemos a essa obra para maiores aprofundamentos sobre a temática.

²¹ Na antropologia agostiniana, princípio de acentuado fundo platônico-metafísico, que desempenha um importante papel na estruturação hierárquica das ascensões também na teologia agostiniana. Segundo o princípio da subordinação, as atividades da alma são reguladas pelo papel judicativo que desempenham umas em relação às outras. No caso em questão, os sentidos externos que percebem os dados sensoriais estão submetidos ao interno que os julga, mas sem conhecer a si próprio; e este último à razão, que o julga e conhece a si mesma. Cf. AGOSTINHO. Santo. *O livre-arbítrio*. Coleção Patrística. Tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 260, n. 14.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

Por isso, no diálogo, Agostinho pode perguntar (retoricamente) a Evódio se ele hesitaria em nomear como Deus aquilo que existisse unicamente de eterno e imutável acima de nossa razão, *supra nostram rationem*.²² Existindo acima da razão – o mais excelente de nossa natureza e mesmo assim defectível – está somente a realidade divina criadora, incriada e eterna, infalível porquanto imutável. Por definição, o puro *ser*. E, justificando a excelência da razão, pergunta-se ainda: o que está ao alcance apenas dessa faculdade exclusiva do homem entre as criaturas temporais e de que dão testemunho tanto as normas de sabedoria, que nos preservam da corrupção da dispersão na multiplicidade – a *defluxus in multa* das *Confissões*, que será tratada mais à frente – quanto às leis matemáticas, com as quais Deus ordena e mantém a harmonia da criação, sendo mesmo sua fonte? A resposta é a intuição da Verdade Eterna expressa por esse ordenamento universal.

São faces, por assim dizer, da verdade imutável tanto as normas da sabedoria quanto as leis dos números. A despeito de serem compreendidas por meio das inteligências privadas dos indivíduos, dentro, portanto, dos limites da mera razão humana, mostram-se, como tais, “objetos” universais do entendimento. E o são na medida em que subjazem à virtude: a ação virtuosa é necessariamente verdadeira. Como ocorre com as leis morais de justiça e integridade, a virtude encerra sabedoria, determinante nas escolhas que levam ao bem supremo, à vida feliz, visto que só se mostra sábio aquele que conhece a virtude verdadeira.

Assim, a verdade advinda de Deus é a certeza *universal*, uma vez que, em sua completude, é passível de ser compartilhada por todos, sendo igualmente *eterna*, não sujeita a mudança, posto que divina. Ora, tendo alguém dedicado sua vida à busca virtuosa da universalidade e da eternidade da verdade imutável e suas leis, esse deve ser considerado portador da sabedoria como o bem supremo. Logo, a *vera sapientia*, a verdadeira sabedoria, traduz-se na *vera beatitudo*, a verdadeira felicidade, una e comum

²² AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 6, 14.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

a todos os sábios²³, ainda que, em si, oferecendo-se a quem contempla verdades imutáveis²⁴, só possa ser aquela ao alcance do homem.

Isso significa uma felicidade possível *no tempo*, circunscrita à finitude terrena da criatura, cuja existência, isto é, o ser, ainda se encontra entremeado de não-ser em suas ações, em vista do caráter errático da imperfeição humana. Vale notar ainda que como não existem seres que não estejam entre aqueles ascensionalmente elencados alhures²⁵ – os inferiores com existência, mas sem vida, os intermediários vivos, mas sem razão e os superiores (nós) dotados de vida racional –, mesmo os mais inferiores têm o seu lugar segundo o aludido princípio de subordinação: “Por mais deficientes que sejam e tendendo eles ao não-ser, resta-lhes algo da forma [*i.e.*, da perfeição] que lhes permite de algum modo ser”.²⁶

Então, a forma imutável segundo a qual os seres mutáveis – nós inclusos – se conformam e devem se conformar, compondo como que versos temporais de um poema²⁷, graças aos números impressos em cada um na criação, é a forma do Ser Eterno que, em sua perfeição, é o princípio de todas as coisas. Aqui, portanto, a partir de uma chave evidentemente estética, Agostinho pretende demonstrar que tudo participa da *beleza* da obra de Deus porque é desta maneira que Ele arquitetou harmonicamente a realidade.²⁸

²³ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 9, 27.

²⁴ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 12, 33.

²⁵ Em uma etapa anterior do texto, em II, 3-6.

²⁶ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 17, 46: “Quae quantumlibet deficient, et eo tendant ut non sint, tamen aliquid formae illis remanet, ut quoquo modo sint.”

²⁷ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 16, 44.

²⁸ O que encerra quase ao final do Livro II do *De libero arbitrio* a série de argumentos elencados como provas da existência de Deus. Todos os bens provêm Dele justamente porque Dele também provêm todos os seres ordenados categoricamente. Em suma, a harmonia do criado, em suas diversas manifestações, testemunha a presença do Criador.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

Nos últimos parágrafos do Livro II do *De libero arbitrio*²⁹, a título de sua conclusão, Agostinho declara que como não pode existir qualquer realidade que não venha de Deus e, por conseguinte, todo bem, por menor que seja³⁰, tem origem divina no Bem imutável, o mau proceder, não sendo um bem, não pode advir Dele. Então, de onde, afinal, vem o impulso que nos leva à má ação ou, dito de outro modo, *o que* dá origem ao mal? Agostinho, sob o influxo do platonismo acadêmico, só pode responder que não sabe, pois, a rigor, ontologicamente, não há *o que* saber sobre *o que* não há. O mal não é um ser, como para os maniqueus, mas um não-ser, uma privação do bem. No limite, uma privação do que *é*. E seu aspecto moral, o pecado, é o resultado do uso impróprio do bem que é o livre arbítrio por parte da criatura finita, imperfeita, temporal – e, portanto, “lacunar” – que é o homem.

Todas essas considerações quanto à antropologia agostiniana em seus desdobramentos éticos e ontológicos, vale reforçar, dizem respeito à nossa condição *temporal*, afeita não à essência criada para a imortalidade em nós, ou seja, a alma, embora nossas ações se operem a partir desta, mas ao fenômeno de nossa existência terrena. E para Agostinho, mesmo essa existência concreta é um bem tão precioso que é desejada por todos, inclusive por aqueles que levam uma vida desafortunada. Isso é assim porque a existência a recebemos todos do Sumo Ser, bastando voltarmos para Ele para que resulte benfazeja. Escapamos da infelicidade se amarmos mais o “querer-ser” que reside em todos nós como criaturas do Ser supremo.

Trata-se de um incremento de ser, um afastamento do não-ser como possibilidade exclusivamente temporal da não existência e uma aproximação, ainda na vida terrena, da eternidade. Segundo Agostinho, devemos abandonar o demasiado apego a tudo

²⁹ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, II, 20, 54.

³⁰ Antes, no cap. 19 do mesmo Livro, ele estabeleceu três níveis de bem para o homem: os mais elevados, aqueles afetos à reta razão e através dos quais se dá a existência honesta, como a temperança e a justiça, enfim, virtudes cardeais; os de grau médio, as “forças do espírito”, dentre as quais se situa o livre-arbítrio e sem as quais não se pode viver honestamente; por fim, estão os bens inferiores, a miríade de corpos cuja ausência não impede a vida honesta.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

aquilo que é efêmero e que assim como que imprime o nada que lhe é próprio em todos nós, uma vez que, transitório, tem que tornar ao não-ser de onde veio:

Pois as coisas temporais não são antes de existir, e ao existir, fogem, e quando fugirem, não mais existirão. Logo, quando futuras ainda não são; quando passadas já não são. Como então fazê-las permanecer, estas, para as quais começar a ser é prosseguir até o não ser?³¹

Veremos logo a seguir como a mesma impermanência ontológica do que é temporal nessa passagem do *De libero arbitrio* será retomada pelo viés da análise do próprio tempo no Livro XI das *Confissões* e, com ela, radicalizada na direção desse não-ser.

Não obstante, o amor ao Ser Supremo inesgotável é precisamente aquilo que nos garante certa permanência, esse incremento do ser. Desse modo, Agostinho, inclusive, estabelece o absurdo da escolha pelo não mais existir do suicida, pois, com efeito, para este, não há *escolha*. Quando escolhemos algo, elegemo-lo em detrimento de outro algo, preferimos forçosamente *algo*. Ocorre que o não-ser não é coisa alguma, redundando no impossível de ser alvo de qualquer escolha. Ademais, uma boa escolha melhora necessariamente aquele que optou por ela. Mas, por óbvio, ao nada não é dado melhorar o que quer que seja. Por isso o suicida, embora estando tragicamente enganado, efetivamente procura *algo* melhor que a própria existência miserável, não sendo realmente o nada aquilo que espera.

Diante do conjunto do que foi dito, Agostinho pode afirmar que tudo na criação, harmonicamente estabelecida por Deus, se dá de acordo com o justo merecimento. A corrupção e a finitude impostas pelo tempo às criaturas efêmeras não são mais do que devem receber, cada qual a sua medida, dentro da hierarquia agostiniana. Se assim não fosse o futuro não lhes traria o desdobramento que só o tempo atribui às coisas perecíveis porque mutáveis. Até o próprio discurso de quem lamenta a efemeridade

³¹ AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, III, 7, 21: “quae temporalia et antequam sint non sunt, et cum sunt fugiunt, et cum fugerint non erunt. Itaque cum futura sunt, nondum sunt; cum autem praeterita sunt, iam non sunt. Quomodo igitur tenebuntur ut maneant, quibus hoc est incipere ut sint, quod est pergere ut non sint?”.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

dessas coisas só é possível pela sucessão de sílabas e palavras que o compõem e, portanto, em acordo com o fluxo inexorável que intercala não-ser e ser no perecimento e surgimento que permite a todas as coisas sua realização no devido tempo.

De modo análogo, Agostinho indica essa mesma harmonia das naturezas criadas pelo fato de existirem, nos seres racionais, vícios voluntários – a ausência de ser nas ações humanas, o mal moral, o pecado – que as conspurquem, dado que estes vícios só ocorrem na exata proporção de seu afastamento da arte [divina] com que foram produzidas tais naturezas.³² E o castigo imposto pelo Criador, restituindo o equilíbrio aviltado, se dá imediatamente pelo ausentar-se instantâneo do Bem Eterno. A própria ação nadificante praticada redundava em inadiável infelicidade, em perda de ser.

Isso posto, cumpre-se agora um exame mais aproximado sobre o problema da temporalidade no pensamento agostiniano. Mas a intenção será apenas delinear alguns caminhos na investigação de nossa proposta aqui, a saber: se na dispersão da mutabilidade temporal da criatura humana em sua vinculação com o não-ser é possível encontrar correspondências entre o mal e o tempo no pensamento agostiniano. Para esse fim, a tarefa agora será, tão somente, traçar certas considerações sobre tais questões como podem ser entrevistas nas *Confissões*.

II. O tempo e a mutabilidade

Antes de indicarmos possíveis correspondências entre o mal e o tempo a partir de algumas observações sobre o Livro XI das *Confissões* é importante recuperar alguns passos do anterior, o Livro X, na medida em que neste é estabelecida a caracterização do mal como dispersão na multiplicidade (*defluxus in multa*). E essa *defluxus*, veremos, indica uma mutabilidade que será trabalhada no livro subsequente desde a perspectiva da própria condição temporal do homem.

³² AGOSTINHO, *De libero arbitrio*, III, 15, 42.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

Já no capítulo 10, no contexto de sua análise da memória³³ e empregando um recurso etimológico, Agostinho diz que o processo cognitivo que a envolve implica que todos os conteúdos nela presentes, de um modo ou de outro, demandam uma operação que os reúna:

[...] para que possam ser conhecidos, ou seja, por assim dizer, serem coligidos de uma espécie de dispersão [*dispersione*], donde se diz pensar [*cogitare*]. [...] O espírito reivindicou como própria essa palavra para si, de modo que o que é recolhido, isto é, juntado, não em outra parte, mas na alma, é propriamente dito pensar.³⁴

Há aqui, portanto, um reunir ou coligir (*colligere*), um esforço em recolher (*cogere*) o disperso ainda no nível mnemônico, mas, como tal, operado pelo espírito. Todavia, será mais à frente, após declarar que a nossa vida sobre a terra nada mais é que uma ininterrupta tentação³⁵, que Agostinho caracterizará o que há de deletério em nossas escolhas no âmbito desse mesmo espírito como aquilo que nos afasta, numa desordenada difusão, da unidade do Criador.

Desse modo, o homem cai na *defluxus in multa*, essa dispersão incontente na miríade de criaturas, dando as costas para a verdadeira felicidade da unidade que vimos ser aquela do puro Ser imutável que é Deus. É precisamente dessa unidade que nos dispersamos na multiplicidade³⁶, quando procuramos em vão a felicidade no gozo daquilo que é efêmero, mutável, finito, porquanto produzido *ex nihilo*; ou seja, nos termos do *De libero arbitrio*, a *conversio ad creaturam*. Em uma palavra, o mal.

³³ Não nos detemos nesse exame, pois se afastaria muito do proposto aqui. Para uma análise do importante papel da memória nas *Confissões* cf. SANTOS, Bento Silva. “A metafísica da memória no livro X das *Confissões* de Agostinho”. In: *Veritas. Revista de Filosofia*. Porto Alegre, n.47, 2002, p. 365-375.

³⁴ AGOSTINHO, *Confissões*, X, 11, 18: “[...] ut sciri possint, id est velut ex quadam dispersione colligenda, unde dictum est cogitare. [...] sibi animus hoc verbum proprie vindicavit, ut non quod alibi, sed quod in animo colligitur, id est cogitur, cogitari proprie iam dicatur.”

³⁵ AGOSTINHO, *Confissões*, X, 28, 39.

³⁶ AGOSTINHO, *Confissões*, X, 29, 40.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

Agora sim estamos prontos para tratar da problemática do Livro XI das *Confissões* afeita às correspondências que pretendemos indicar. Nele, após estabelecer sua diferença em relação à eternidade – esta, por definição, um puro e imutável presente – Agostinho começa sua apreciação do problema do tempo a partir da formulação de uma perplexidade que se tornaria notória e que, quanto à abordagem, podemos dizer que remonta à própria tradição metafísica grega, a saber, a busca de perscrutar o extraordinário dentro do que há de mais ordinário:

O que mencionamos ao falar dele de mais familiar e conhecido do que o tempo? Certamente entendemos quando dele falamos e também compreendemos quando o ouvimos de outrem. O *que é*, pois, o tempo? Se ninguém me perguntar sei; se quiser explicá-lo a quem me perguntar, ignoro.³⁷

Tal ignorar, mesmo relativo a algo que nos é tão familiar, decorre da constatação de que o tempo, analisado a partir de uma chave quididativa, impõe, de saída, uma ambiguidade que se revela propriamente ontológica. Essa concepção do tempo indica que ele, em sua intrínseca e incessante mudança, obriga que tudo que exista no âmbito de sua ação deixe de ser o que era e retorne ao nada. Mais radicalmente ainda, a provisoriedade no ser que marca todas as coisas mutáveis faz com que esse mesmo tempo, correspondentemente, seja consumido de modo incessante pelo seu próprio nada.³⁸

Então, de modo análogo ao que sucedera quanto ao problema do mal, as elaborações de Agostinho acerca do tempo permitem afirmar (ao menos em parte do Livro XI) a inexistência objetiva também deste, dado o percebermos em um contínuo movimento que se determina em um passado que *não é mais*, um futuro que *não é ainda* e um presente que, não persistente, também *não é*. De fato, tais “inconsistências

³⁷ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 14, 17, grifos nossos: “Quid autem familiarius et notius in loquendo commemoramus quam tempus? Et intellegimus utique, cum id loquimur, intellegimus etiam, cum alio loquente id audimus. *Quid est ergo tempus?* Si nemo ex me quaerat, scio; si quaerenti explicare velim, nescio.”

³⁸ GILSON, Étienne. “Notes sur l'être et le temps”. In: *Recherches augustiniennes et patristiques*, Paris, v. 2, 1962, p. 213.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

ontológicas” são a radicalização daquela impermanência observada no último Livro do *De libero arbitrio* aludida mais acima.³⁹ Aqui, nas *Confissões*, Agostinho as formula da seguinte maneira:

[...] o passado já não existe e o futuro ainda não existe [...]. Se, então, o presente, para ser tempo, tem de passar para o passado, como podemos afirmar que ele exista, este, cuja causa de existir é a mesma pela qual deixará de existir, ou seja, não é verdadeiro que digamos que o tempo existe senão porque tende a não ser?⁴⁰

A aproximação entre ambas as passagens é inconteste. Mas agora, as próprias divisões temporais dão-se, paradoxalmente, como não-ser. E esses três insubstanciais momentos temporais⁴¹ concernem, veremos, a uma experiência possível apenas dentro daqueles mesmos limites, digamos, “anímicos”, referidos ao pecado, isto é, ao mal.

Partindo *mutatis mutandis* da mesma posição adotada por Aristóteles no Livro IV de sua *Física*⁴², tomando o tempo como aquilo a ser medido – uma operação, também para o estagirita, realizada no espírito ou alma –, Agostinho se pergunta como fazê-lo tendo em vista algo que não existe. Torna-se impossível definir o próximo e o distante no tempo se comparados a um passado que não é mais e um futuro que ainda não é. Ele recomenda, por conseguinte, que não se diga que o passado “é distante”. Em seu

³⁹ Cf. *supra*, n. 31.

⁴⁰ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 14, 17: “[...] praeteritum iam non est et futurum nondum est [...]. Si ergo praesens, ut tempus sit, ideo fit, quia in praeteritum transit, quomodo et hoc esse dicimus, cui causa, ut sit, illa est, quia non erit, ut scilicet non vere dicamus tempus esse, nisi quia tendit non esse?”

⁴¹ Aquilo que Heidegger, não isento de certo influxo agostiniano, chamará de as três *ekstases* da temporalidade. Todavia, na perspectiva heideggeriana, Agostinho toma tais *ekstases* ainda de modo impróprio (*uneigen*) dentro de uma concepção vulgar do tempo. Cf., por exe., HEIDEGGER, Martin. *Die Grundprobleme der Phänomenologie*. (GA 24). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1975, p. 374ss; HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1967, p. 329ss.

⁴² ARISTÓTELES, *Física*, IV, 14, 223 a 16 - 223 a 25.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

lugar devemos dizer que “foi distante”. E de modo correspondente quanto ao futuro, dizendo que ele ‘será distante’ (ou próximo).⁴³

Contudo, ato contínuo reconsidera, pois logo percebe que o que não existia ou existirá enquanto tal não pode ser considerado em relação à maior ou menor proximidade para que dele se diga que “foi” ou “será”. Reformulando, prescreve: digamos que foi distante aquele tempo *presente*⁴⁴, que existia quando estava presente e, assim, podemos dizer que seja distante ou próximo. Uma vez passado, deixou de existir, não cabendo quanto a ele nenhuma distância ou proximidade.

Mas e quanto ao presente? Se analisarmos a duração dos séculos, anos, dias, horas e as menores de suas fugidias partículas (*fugitivis particulis*), veremos que apenas estas últimas, indivisíveis⁴⁵, mereceriam ser efetivamente consideradas enquanto um tempo “estando presente”. Contudo, nem mesmo isso que parece *ser* o presente existente, está, de fato, em um “lugar”, pois, dado o fluxo temporal incessante, transcorre imediatamente na direção do futuro para o passado. Nessa sua instabilidade, o presente não possui efetiva dimensão, o que significa que não persevera e, portanto, não está e *não é*.

Para além de demonstrar as limitações da própria linguagem para lidar com essa questão – o que revela a razão do problema do ignorar, aludido acima, diante da pergunta pela explicação do que seja o tempo – e a incomensurabilidade, digamos, física, entre espaço e tempo, o que fica patente aqui é o caráter não substancial da própria temporalidade, uma vez que o tempo nasce “[...] naquilo [...] que *não existe*, atravessando o que *carece de espaço*, dirigindo-se para aquilo que já *não existe*. Mas, o que medimos senão o tempo em algum espaço?”⁴⁶

⁴³ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 15, 18.

⁴⁴ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 15, 18.

⁴⁵ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 15, 20.

⁴⁶ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 21, 27, grifos nossos: “Ex illo [...] quod *nondum est*, per illud, quod *spatio caret*, in illud, quod iam *non est*. Quid autem metimur nisi tempus in aliquo spatio?”.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

Entretanto, *ainda assim*, medimos o tempo. Percebendo seus intervalos, comparando-os entre si, calculando que uns são mais curtos, outros mais longos⁴⁷. O ato de cotejar e calcular o tempo percebido nada mais é que uma operação levada a cabo pela própria alma ou espírito. Aqui, Agostinho fornece uma determinação positiva para a relação meramente negativa que Aristóteles apresentara no Livro IV de sua *Física*⁴⁸, segundo o qual o cálculo e a mensuração do tempo *não* podem existir sem um espírito que realize tais operações.

Mas o aspecto verdadeiramente positivo da determinação agostiniana está no fato de que ela desdobra a investigação, perguntando sobre o que, afinal, medimos quando medimos o tempo. A sua resposta é: os tempos que passam, *praetereuntia*. Precisemos ainda mais: os tempos que passam, *enquanto* passam. Uma experiência *presente* que se estende também ao passado quando recordamos e ao futuro quando premeditamos. Por isso o hiponense entende que

[...] talvez fosse mais apropriado dizer: existem três tempos, um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes, um presente das coisas futuras. Pois há três coisas na alma e não as vejo alhures; o presente das coisas passadas, a memória; o presente das coisas presentes, a visão atual; o presente das coisas futuras, a expectativa.⁴⁹

Trata-se da tese agostiniana do *triplo presente*: o presente das coisas passadas é *memoria*, a recordação; o presente das coisas presentes *contuitus*, atenção atual; o presente das coisas futuras, *expectatio*, expectativa. Com ela, Agostinho espera explicar a experiência concreta daquilo que, afinal, não possui realidade objetiva, o tempo. Experimentamos presentemente o que passou e não é mais e o que sucederá e não é ainda. Mas como compreender a experiência do tempo enquanto *praetereuntia*, o tempo que passa

⁴⁷ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 16, 21.

⁴⁸ HEIDEGGER, *Martin. Augustinus: Quid est tempus? Confessiones lib. XI*. (26. Oktober 1930) In *Vorträge Teil: 1915-1932 (GA 80.1)*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann 2016, p. 434.

⁴⁹ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 20, 26: “[...] fortasse proprie diceretur: tempora sunt tria, praesens de praeteritis, praesens de praesentibus, praesens de futuris. Sunt enim haec in anima tria quaedam et alibi ea non video, praesens de praeteritis memoria, praesens de praesentibus contuitus, praesens de futuris expectatio.”



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a l'Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

enquanto presente do passado, presente do presente e presente do futuro? É para atender a essa demanda que surge a ideia-chave do problema do tempo no Livro XI das *Confissões*: a noção da distensão da alma humana, a *distentio animi*.

Após recorrer a um exemplo a título de analogia, o da declamação de um poema, cuja duração pode diminuir ou aumentar de acordo com sua pronúncia mais ou menos veloz não importa qual seja o seu “tamanho original”, Agostinho expressa aquela ideia que seria objeto de tantas interpretações, debates e reelaborações ao longo de toda a tradição que o sucedeu. E sua formulação exibe, como não poderia deixar de ser, a marca do brilhante retórico que ele jamais abandonaria. Ele diz: “Pelo que pareceu-me que o tempo não é outra coisa senão distensão; mas de que coisa o seja, ignoro. Seria para admirar que não fosse a da própria alma”.⁵⁰

Como ocorre quanto ao ressoar de maior ou menor duração dos versos do poema, o nosso espírito, essa essência mesma do homem, se distende como *experiência temporal*. Nesse sentido, a *distentio animi* é esse eixo que articula os dois polos temáticos mais importantes do Livro XI, a saber: a noção do triplo presente, procurando uma solução para o enigma do ser que carece de ser, e o enfrentamento do problema da extensão em si, isto é, a possibilidade de pensar a extensão diante daquilo que não tem extensão. Ora, a *distentio animi* permite justamente tomar o triplo presente como distensão e a distensão sendo a do triplo presente.⁵¹

E pensar o triplo presente como distensão e a distensão como triplo presente implica em pensar a própria essência do homem, a alma – em seu distender-se no fenômeno da experiência vivida entre os demais constituintes da criação e, vimos, em meio aos quais se perde do Bem supremo – como o tempo, essa criação ambígua e fugidia. Uma criação que, embora, de algum modo, enquanto essência humana, *seja*, encontre-se atravessada pelo *não-ser*, pelo nada de onde vem e ao qual estaria inevitavelmente fadada a tornar não fosse a possibilidade de perenizar-se pela Graça divina. Esta

⁵⁰ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 26, 33: “Inde mihi visum est nihil esse aliud tempus quam distentionem: sed cuius rei, nescio, et mirum, si non ipsius animi.”

⁵¹ RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome I. Paris: Éditions du Seuil, 1983, p. 34.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

última, algo que se dará no quadro da soteriologia agostiniana apenas *fora do tempo*, mas sendo *a direção* do que se alcança, *nesta* vida, através da intenção (*intentio*) do Eterno no voltar-se para Deus.

Não tendo nada a ver com a mensuração do movimento físico, a medida do tempo a partir da noção de *distentio animi* é tornada possível graças à “estabilidade” que o triplo presente impõe ao fluxo temporal. O presente da *memoria*, da *contuitus* e da *expectatio* permite o cotejamento entre o distante e o próximo, entre o que é longo ou breve temporalmente. Portanto, Agostinho pode superar o incessante *transire*, o passar inexorável de uma condição à outra, pelo *manet*, o permanecer e, desse modo, solucionar ambos os enigmas: o do ser/não-ser e o do medir o que não possui extensão.⁵²

Esse movimento de estabilização do triplo presente, podemos supor, como que emula momentaneamente, ou ainda, emula dentro do tempo o puro presente da eternidade. Ocorre que, como tal, o ser temporal, ao contrário do Eterno, ainda implica o não-ser nessa distensão constitutiva, o que torna também esse *manet* paradoxalmente transitório. Por isso, quase ao final do Livro XI, Agostinho fala da possibilidade salvífica cristã no voltar-se para Deus:

[...] seguindo o Um, esquecendo as coisas passadas, seguindo não aquelas que são futuras e transitórias, mas as que são anteriores, não disperso, mas estendido; não segundo a distensão, mas segundo a intenção [...]. Agora, porém, meus anos decorrem em gemidos [...], e me dispersei no tempo, cuja ordem ignoro.⁵³

Na unidade do Criador, “as coisas que são anteriores” ao passado e ao futuro são, na verdade, o puro presente Eterno, ao qual a criatura temporal volta a intenção, procurando escapar de sua constitutiva distensão dispersiva no múltiplo. Mas, como a

⁵² RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome I. Paris: Éditions du Seuil, 1983, p. 37.

⁵³ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 29, 39: “[...] sequens unum, praeterita oblitus, non in ea quae futura et transitura sunt, sed in ea quae ante sunt non distentus, sed extensus, non secundum distentionem, sed secundum intentionem [...]. Nunc vero anni mei in gemitibus, et [...] ego in tempora dissilui, quorum ordinem nescio”.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

dissipação é constitutiva, ela não foge de todo dos “gemidos” de sua circunstância: a vida terrena. O sofrimento é a consequência imediata imposta pela Ordem divina restauradora da harmonia aviltada com pecado, com mal. Mesmo uma vida reta e dedicada a Deus encontra-se naquela condição de uma “tentação sem interstícios”. A finitude terrena que marca o efêmero temporal impõe-se como fronteira intransponível ao espírito humano sem a intervenção do Eterno.

Por fim, antes de concluir e diante de todo o exposto até agora, é importante ressaltar que não nos propomos aqui a enxergar em Agostinho um psicologismo. O fenômeno da temporalidade se dá como uma experiência essencial, mas concreta, uma vivência, do mesmo modo como o é o agir moral. Tampouco a correspondência que apontamos diz respeito a uma mera aproximação entre finitude e mal.

A reflexão ora defendida vai na direção de perguntar por aquilo que subjaz a ambos: o problema do *não-ser*. Dito de outro modo: somos finitos e falhos porque feitos do nada. Essa perspectiva, portanto, como declarada no início, se estabelece enquanto uma antropologia que se determina, com desdobramentos estéticos, na ética e, sobretudo, na ontologia agostinianas.

Conclusão

Temos então, por um lado, um mal concebido como o movimento da livre volição humana do voltar-se para o efêmero e transitório. Desse modo, no início do Livro III do *De libero arbitrio*, Agostinho pudera afirmar como próprio da vontade aquele movimento de afastamento do Criador na dissipação do homem entre as demais criaturas. Sendo tal movimento defeituoso por definição, o mal consiste precisamente nessa aversão, sempre volitiva e autônoma, ao Bem imutável em função daqueles transitórios. Nessa escolha do fugaz em detrimento do Eterno, do que se encontra eivado de não-ser ao invés do puro Ser, nessa *conversio ad creaturam* pela *aversio a Deo*, reside propriamente o defeito de seu movimento que é estritamente anímico, circunscrito ao espírito humano.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

Por outro lado, quanto à distensão da alma na sua experiência do tempo, também essa deve ser entendida como um movimento. Desta vez, na busca de uma “estabilização momentânea” do inexorável fluxo temporal na intenção da compreensão de si e do mundo em sua sucessão e sua, digamos, manipulação epistêmica a partir dessa definição. Essa é, inclusive, uma aproximação feita paulatinamente, desde o Livro X e mesmo dentro do próprio Livro XI das *Confissões*. Tanto que, um pouco antes da supracitada passagem em que o concebe de modo mais categórico como *distentio animi* (cf. XI, 26, 33), Agostinho já havia dito, hesitante, que o tempo, tomado ontologicamente, *parecia-lhe* algo distenso: “Vejo, portanto, que o tempo é certa distensão. Mas vejo, ou parece-me que vejo?”.⁵⁴

Essa primeira citação da *distentio* no Livro XI aparece justamente no culminar da argumentação que refuta a vinculação física entre o tempo e o movimento dos astros.⁵⁵ Esse, portanto, é um movimento igualmente afeito ao espírito humano. E, enquanto movimento da alma segundo não a intenção do Eterno, mas segundo a distensão temporal na *defluxus in multa* do Livro X, o dispersar-se que é a *distentio* pode então ser justificado como aquilo que, do mesmo modo, por tudo o que vimos acima, diz respeito ao mal.

Não obstante serem realizados como movimento inerente à própria alma, para Agostinho, permanece constitutiva a ambos, mal e tempo, a condição do não-ser: o mal, dessorado de existência pela impossibilidade ontológica de advir do Ser por excelência, o Deus veterotestamentário, aquele que imutavelmente *É*⁵⁶; o tempo, vindo do ainda-não, através do efetivo não-é para o não-mais, sendo dinamicamente oposto à eternidade imutável daquele mesmo puro Ser e puro Bem.

⁵⁴ AGOSTINHO, XI, 23, 30: “Video igitur tempus quamdam esse distentionem. Sed video? An videre mihi videor?”

⁵⁵ AGOSTINHO, XI, 23, 29-30. Sobre a referida passagem cf. RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome I. Paris: Éditions du Seuil, 1983, p. 32.

⁵⁶ *Ex* 3, 14.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

Então agora, após essas considerações, reiteramos, apenas preliminares, acreditamos ser lícito finalmente perguntar: Não teria o fluxo do tempo, para Agostinho, o mesmo modo de ser, ou ainda, de não ser, do mal? Não diriam respeito ao mesmo movimento, uma vez que o campo do tempo, a alma, é o mesmo da liberdade volitiva? Não haveria de ter, para nós, a fugacidade constante do tempo a mesma origem no afastamento ou negação do eterno e imutável que o movimento defeituoso da vontade – que é o mal? Não seria o mal, portanto, de algum modo, o próprio movimento temporal da *experiência* do criado que nega a eternidade, por definição, imóvel? Por fim, o mal e o tempo, enquanto movimentos não substancialmente objetivos, não seriam o mesmo, ou, ao menos, não possuiriam, para Agostinho, embora não diretamente tematizado dessa forma, o mesmo modo de (não) ser?

No confronto com tais perguntas, a questão da possível correspondência aqui considerada adquire uma importância mais específica, na medida em que, por um lado, a lida com o fenômeno do mal humano surge entre nós ainda com igual candência, tal é a perplexidade que nos assalta ante a aparente falência ética frequentemente observada em nosso agir no mundo. Impõem-se, desse modo, descobrir em que quadro referencial a experiência do mal possa ser pensada. Aprofundar a compreensão desse fenômeno talvez seja, mais do que nunca, a tarefa filosófica por excelência. E Agostinho, no que tange aos fundamentos do pensamento cristão, permanece, do mesmo modo que este, incontornável.

Por outro lado, como o fenômeno do mal se inscreve no tempo, para nosso pensador, em uma experiência, ainda que concreta, ao menos não objetiva, e, dentro da perspectiva escatológica agostiniana, devendo ser superada a partir da mudança do regime da temporalidade – da finitude para a eternidade –, tal transformação salvífica só poderá ocorrer revertendo-se a tendência humana ao transitório, cambiante, temporal, para a pura estabilidade do Eterno. Algo que, nesta vida, só é possível dentro dos domínios da própria alma, pois, novamente, há que se compreender toda essa perspectiva como restrita à esfera não objetiva da criatura, ainda que faticamente concreta.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

De todo modo, longe de esgotar o tema fornecendo uma resposta categórica para cada uma das questões acima, o proposto aqui é tão somente indicar um encaminhamento para determinados de seus aspectos, sendo seu aprofundamento tarefa para esforços futuros. Estes desdobramentos, esperamos, talvez possam melhor determinar em que medida, para Agostinho, o *defectivus motus* da *conversio ad creaturam* (do mal) seja fundamentalmente uma *distensio animi* (do tempo).

Fontes

- AGOSTINHO, Santo. *Confession*. In: *Oeuvres Complètes de Saint Augustin*. Traduction de M. Moreau. Paris: Bar-Le-Duc, L. Guérin & C^e Éditeurs, 1864, Tome Premier, p. 363-518.
- AGOSTINHO, Santo. *Confessionum libri XIII*. In: *Sancti Aurelii Augustini Hipponensis episcopi Opera omnia (Patrologiæ cursus completus, Series Latina, 32)*. Paris: J-P Migne, 1841.
- AGOSTINHO, Santo. *De libero Arbitrio libri III*. In: *Sancti Aurelii Augustini Hipponensis episcopi Opera omnia (Patrologiæ cursus completus, Series Latina, 32)*. Paris: J-P Migne, 1841.
- AGOSTINHO, Santo. *De ordine libri II*. In: *Sancti Aurelii Augustini Hipponensis episcopi Opera omnia (Patrologiæ cursus completus; J-P Series Latina, 32)*. Paris: Migne, 1841.
- AGOSTINHO, Santo. *O livre-arbítrio*. In: Coleção Patrística. Tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.
- ARISTÓTELES. *Physics, Books III and IV*. Translated with Introduction and Notes by Edward Hussey. New York: Oxford University Press, 1983.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

Bibliografia

- BEZANÇON, J.-N. "Le mal et l'existence temporelle chez Plotin et saint Augustin". In: *Recherches Augustiniennes*, 3, 1965, p. 133-160.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da Filosofia Cristã*. Tradução de R. Vier. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CATAPANO, Giovanni. *S'ant Agostino. Il tempo* (Org.). Roma: Città Nuova Editrice, 2007.
- CATAPANO, Giovanni. "Il concetto agostiniano di future". In: *Kriterion: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 56, n. 131, 2015, p. 129-148.



José María SALVADOR-GONZÁLEZ (org.). *Mirabilia Journal* 38 (2024/1)
Returning to Eden. Revaluation of the earthly world. From Antiquity to the Ancien Régime
Tornant a l'Edèn. Revaloració del Món Terrenal. Des de l'Antiguitat fins a Antic Règim
Regresando al Edén. Revalorización del Mundo Terrenal. De la Antigüedad hasta el Antiguo Régimen
Voltando ao Éden. Reavaliação do Mundo Terreno. Da Antiguidade ao Antigo Regime

Jan-Jun 2024
ISSN 1676-5818

- COSTA, Marcos Roberto Nunes. *O problema do mal na polémica antimaniquêia de Santo Agostinho*. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.
- GILSON, Étienne. *A Filosofia na Idade Média*. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GILSON, Étienne. *Introduction a l'étude de Saint Augustin*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin - Sorbonne (V^e), 1949.
- GILSON, Étienne. "Notes sur l'être et le temps". In: *Recherches augustiniennes et patristiques*, Paris, v. 2, 1962, p. 205-223.
- HEIDEGGER, Martin. *Augustinus: Quid est tempus? Confessiones lib. XI*. (26. Oktober 1930). In *Vorträge Teil: 1915-1932 (GA 80.1)*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2016.
- HEIDEGGER, Martin. *Die Grundprobleme der Phänomenologie*. (GA 24). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1975.
- HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1967.
- HOLTE, Ragnar. *Béatitude et Sagesse. Saint Augustin et le problème de la fin de l'homme dans la philosophie ancienne*. Paris: Études augustiniennes, 1962.
- JOLIVET, Régis. "Le problème Du mal chez Sait Augustin". In: *Archives de Philosophie*, vol. 7, No. 2, Paris: Centre Sèvres – Facultés jésuites de Paris, 1930, p. 1-104.
- MARTINEZ, Agustín. *San Agustín: ideario: selección y estudio*. Buenos Aires: ESPASA CALPE, 1946.
- MORESCHINI, Cláudio. *História da Filosofia Patrística*. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. "O exame da temporalidade humana em Agostinho: da atividade a passividade". In: *Cadernos de Trabalho CEPAME*, São Paulo, v. 1-2, 1992, p. 29-41.
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome I. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- SANTOS, Bento Silva. "A metafísica da memória no livro X das *Confissões* de Agostinho". In: *Veritas. Revista de Filosofia*. Porto Alegre, n.47, 2002, p. 365- 375.
- SANTOS, Bento Silva. "A questão do "tempo" no Livro XI das *Confissões* de Agostinho de Hipona". In: FRECHEIRAS, Marta L. de O.; PAIXÃO, Marcio P. (Org.). *Em torno da Metafísica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 44-60.
- SOURISSE, Michel. "Saint Augustin et le problème du mal: la polemique anti-manichéenne". *Imaginaire & Inconscient – L'esprit du temps*, Paris, n. 19, 2007, p. 109-124.
- VALPY, Francis E. J. *An etymological dictionary of the Latin language*. London: Elibron Classics, 1828.